



Pensamento, cultura & ativismo na diversidade. Nº 07/junho/2021.

Saudações caro leitor. Dentre as riquezas naturais do Brasil, ouro, pedras, madeiras nobres, plantas, a que mais carece atenção e valorização é a riqueza cultural dos povos que aqui já existiam bem antes da colonização. Se valendo da sabedoria ancestral e o prestígio dos bens naturais, os indígenas e mais tarde os quilombolas nos ensinam o respeito pela Terra.
BOA LEITURA!

A missão quilombola: preservar o meio ambiente e a nossa história é interesse de todos.

Por: Sandra Maria Andrade

Ser quilombola é uma missão: nos dedicamos a manter vivas tradições históricas e culturais, e a preservar nossas terras ancestrais. Num país sem memória e onde o meio ambiente é tratado com descaso, nossa luta vai muito além de mera disputa territorial. Na verdade, é muito mais simples conseguir título de terra como pequeno produtor rural — usando leis como a de usucapião — do que se declarando quilombola. O processo de reconhecimento e concessão, neste caso, é bem mais longo e minucioso.

Zumbi também era conhecido como “homem invisível” (em kikongo, *sweka*), pois se mantinha fora do alcance dos olhos do inimigo. Herdamos essa invisibilidade, mas como revés: hoje, a causa quilombola é tema de telenovela (“O outro lado do paraíso”, da TV Globo) e a região da Serra da Barriga (AL), onde ficava Palmares, recebeu, no fim de 2017, o título de Patrimônio Cultural do Mercosul; mas, por anos, nossa luta se manteve à margem da sociedade.

Segundo um levantamento da ONG Justiça Global, só 4% dos mais de 1.600 processos de titulação de terras quilombolas em andamento no Incra foram concluídos. E o horizonte não é nada animador: em sete anos, o orçamento do órgão para o setor teve uma queda de 94%. Em 2017, o Incra dispôs de apenas R\$ 4 milhões; em 2010, eram R\$ 64 milhões. Há comunidades que datam do século XVI, mas só a partir da promulgação da Constituição de 1988 puderam requerer legalmente sua posse. Esse direito foi regulamentado pelo Decreto 4887/2003, que, seguindo o que dita a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, estabelece a autoatribuição como único critério para identificação das comunidades quilombolas. Este decreto vem sendo questionado por um único partido, o DEM, por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, desde 2004.

A próxima sessão do julgamento está marcada para quinta-feira, no STF. Na última, em novembro passado, o ministro Dias Toffoli nos deu ganho de causa, mas deixou pairando no ar uma ameaça que há anos aflige nossos irmãos indígenas: o “marco temporal”. Segundo esta tese, só teria direito à terra quem a estivesse ocupando quando da promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988. O dispositivo releva casos de expulsões violentas. Nossas terras são cobiçadas, e a violência contra nós tem crescido: em 2017 foram 14 assassinatos, contra oito em 2016 e dois entre 2011 e 2015.

É importante frisar: a luta não é só nossa. Preservar o meio ambiente e a nossa história é interesse de todos. O Vale do Ribeira é o último remanescente de área contínua de Mata Atlântica no Brasil. Não por acaso, há cerca de 50 comunidades quilombolas na região. Entre elas, o Quilombo Ivaporunduva, que resiste desde 1630. Um estudo da Comissão Pró-Índio de São Paulo, feito em 35 quilombos no Norte do Pará, apontou que a presença deles tem sido fundamental para a preservação da floresta. Por isso, grite conosco: quilombo preserva, preserva quilombo!

Fonte: <https://www.cedefes.org.br>. Publicado em: 06/02/2018

Indígenas se utilizam dos recursos naturais. Não exploram, sim, PROTEGEM!

Por: Gabriel Bitencourt da Silva

Existem duas questões distintas e pertinentes que costumam aparecer quando falamos e relacionamos os povos indígenas às queimadas florestais e ao desmatamento. A primeira, e provavelmente mais conhecida entre as duas, principalmente em função da recente agitação e preocupação midiática e informativa sobre o tema, motivada pelo crescimento da demanda socioambiental, se trata dos gravíssimos danos que as queimadas e desmatamento florestais podem representar aos povos indígenas e às suas áreas de conservação, que são nada mais nada menos, sua casa e fonte de subsistência. Apenas nos quatro primeiros meses de 2020, os alertas de desmatamento em terras indígenas aumentaram cerca de 64% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Esses assustadores índices não se limitam às terras indígenas, e muito menos ao período citado. São milhares de hectares de florestas nativas destruídos por queimadas, desmatamento e demais atividades exploratórias, que configuram o cenário brasileiro desde sua colonização.

A segunda questão, não tão conhecida, porém ainda sim preocupante, principalmente por significativa parte de seus apontamentos serem baseados em afirmações e discussões de caráter preconceituoso, e um tanto quanto exagerados e desonestos com a história e a realidade, se trata do manejo do fogo realizado pelos povos indígenas no passado, com foco na criação de zonas agrárias, ou seja, “queimadas e desmatamento das florestas pelos indígenas”. Porém, de forma alguma podemos igualar os métodos e danos causados pelos indígenas nesse processo, com o que temos visto atualmente, práticas de queimada e desmatamento realizadas de forma indiscriminada, impulsionadas pela ganância, e realizadas sem qualquer preocupação ambiental ou social, sem pensar na saúde da floresta, e na vida daqueles que dependem dela. Sim, os indígenas queimavam as florestas, mas o faziam com o máximo controle e cuidado possível, seguindo os ensinamentos e conselhos dos mais velhos, limitando as áreas exploradas, que eram relativamente muito pequenas, apenas o suficiente para a sua subsistência.

Tentar justificar o abuso, exploração e destruição das florestas e terras indígenas, pautado na ideia de que os indígenas também já o fizeram e fazem, e através disso buscar argumentos que descredibilizem a luta desse povo tão injustiçado, ou a importância dos cuidados e trato saudável para com nossas florestas e meio ambiente, não passa de uma atitude canalha, preconceituosa e desonesta propagadas através da desinformação. Os indígenas representam, na realidade, uma de nossas melhores chances de contornar o desequilíbrio ambiental pelo qual somos os principais responsáveis, não há melhor exemplo que o deles, de como viver em equilíbrio e consonância com a natureza, a explorando mas protegendo-a.

VOCÊ SABIA? A convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho trata no artigo 14 – Terras: 1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.



Pensamento, cultura & ativismo na diversidade. Nº 07/junho/2021.



Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882): a trajetória de um abolicionista negro

Por: Márcio Jesus Ferreira Sônego/ Historiador, servidor do IFFar Campus Alegrete

Luiz Gama nasceu em Salvador, no dia 21 de junho de 1830, sendo filho de uma africana livre, chamada Luiza Mahin, quitandeira, considerada uma rebelde, envolvida em insurreições escravas, como a Revolta do Malês (rebelião de escravizados muçulmanos, ocorrida em 1835 em Salvador, Bahia). Desse modo, Luiz Gama ficou morando com o pai, um fidalgo pertencente a uma importante família baiana. O pai, com graves problemas financeiros, vendeu Luiz Gama como escravo aos 10 anos de idade, numa transação ilegal e brutal, pois Gama era filho de ventre livre. Assim, Luiz Gama, ainda criança foi envolvido no tráfico interprovincial, vendido como escravizado para a província de São Paulo.

Na cidade de São Paulo aprendeu ofícios de escravizado doméstico e de ganho. Durante sua trajetória de cativo, ficou amigo de um estudante de direito, que lhe ensinou a ler, escrever, leis e sobre política. Dessa forma, aos 18 anos de idade, Luiz Gama utilizou a legislação para conseguir sua liberdade, visto que sua escravização foi ilegal. Depois disso, Luiz Gama começou a ocupar vários espaços, sempre tendo como objetivo central a libertação de escravizados e a denúncia contra os horrores da escravidão. Foi jornalista, escritor, funcionário público, advogado e republicano. Estima-se que conseguiu a liberdade de mais de 500 escravizados por meios de ações de liberdade na justiça. Foi um grande abolicionista, morreu em 1882.

No ano de 1859, publicou a obra “Primeiras Trovas Burlescas”. Em 2015, foi reconhecido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como advogado, já em 2018 foi declarado por lei como Patrono da abolição da escravidão no Brasil. De acordo com a historiadora Elciene Azevedo (s/d, site Salvador Escravista) “para Luiz Gama, a nação republicana não poderia existir sem que todos os brasileiros fossem livres e iguais, equidade que só se estabeleceria de fato através do reconhecimento de um crime de origem, a escravidão. Disso dependia a “regeneração nacional”, abraçar os de ascendência africana, sem preconceitos de origem ou discriminações raciais, como se seus filhos fossem garantindo assim sua inclusão social e seu pleno direito à cidadania”. **Um viva à história e trajetória de Luiz Gama!**

Referências:

AZEVEDO, Elciene. In: <https://www.salvadorescravista.com/homenagens-reparadoras/luiz-gama>. Acesso no dia 21 de junho de 2021.

Luiz Gama e a literatura: Precursor da consciência negra

Por: Tiago Santos da Rosa

Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882), o “Apóstolo negro da abolição”, poeta, um dos expoentes do romantismo no Brasil, advogado e jornalista, foi um dos personagens mais combativos abolicionistas de nossa história. Em 1847, aos dezessete anos aprendeu a ler e escrever, em 1856 ingressou em um curso de direito, tentou frequentar, porém foi discriminado por professores e colegas; autodidata, tornou-se advogado e iniciou suas atividades contra a escravidão. Muito solícito ajudava os negros que o procuravam passando necessidades, dando dinheiro das suas economias. Inaugurou junto com o caricaturista Angelo Agostini a imprensa humorística paulista em 1864 (O Diabo Coxo), dono de uma poesia crítico-satírica, ocultou-se utilizando os pseudônimos de Afro, Getulino e Barrabás. Luiz Gama, poeta, jornalista e advogado, defensor dos oprimidos, pobre por opção, é o patrono da cadeira nº 15 da Academia Paulista de Letras. Demonstrou um forte engajamento na luta contra a escravidão e na libertação dos escravos, tendo como destaque em sua poesia a valorização da cultura negra e defesa da identidade negra. Escreveu de forma bastante crítica e satírica como podemos observar no trecho do poema Quem sou eu?, também conhecido por “Bodarada” e foi publicado em Primeiras trovas burlescas de Getulino (1859 reedição em 1861).

[...]

O que sou e como penso,
Aqui vai com todo o senso,
Posto que já veja irados
Muitos lorpas enfunados,
Vomitando maldições

[...]

Hão de chamar-me tarelo,
Bode, negro, Mongibelo;
Porém eu, que não me abalo,
Vou tangendo o meu badalo
Com repique impertinente,
Pondo a trote muita gente.
Se negro sou, ou sou bode,
Pouca importa. O que isto pode?

O Advogado abolicionista para demonstrar seu sentimento em relação à escravidão, sistema injusto e cruel, idealizou também vários pensamentos sobre o tema, como por exemplo: “*O escravo que mata o seu senhor pratica um ato de legítima defesa*”. Luiz Gama é precursor do que hoje vem a ser conhecido por consciência negra, em seu processo de criação ele expõe tudo aquilo que sentiu na pele e não aquilo que poderia ser baseado apenas em sua imaginação, escreveu o que sentiu e realmente viveu. Em sua poesia observa-se uma visão da aceitação do preconceito e a capacidade de tomar essa condição em favor da sua identificação como negro e tornando o acusador, ou o preconceituoso, vítima de sua própria atitude, demonstrando que poeta e interlocutor ocupam um espaço semelhante. Segundo Cuti(2010), Luiz Gama postou-se como negro ao realçar o lugar de onde manifestava a experiência subjetiva por meio da qual vazava seus versos, demonstrando algo que até hoje muitos escritores tergiversam: a vontade.

Pesquisa e texto: Tiago Santos da Rosa, Gabriel Bitencourt da Silva, Márcio Jesus Ferreira Sônego

Revisão: Diego Fernandes Dias Severo

Mídias e marketing digitais: Vanderson Renato Nunes Bueno, Maria Eduarda de Oliveira Mendes

Realização: NEABI-Campus Alegrete